

A DIREÇÃO DADA ÀS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NO PARANÁ, DE 1983-1994, DIANTE DO QUADRO DE CRESCENTE PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PÚBLICO.

SANTOS, Jussara Maria Tavares Puglielli - UFPR

O recurso a empréstimos internacionais para o financiamento do ensino fundamental por parte de estados regionais brasileiros se constituiu numa, dentre muitas, das questões polêmicas que demarcaram os anos 90. E assim se configura, dado que tais iniciativas vão ser implementadas no espaço político do recente processo de redemocratização da sociedade brasileira no qual se assistiu ao deslocamento da crise econômica, herdada da ditadura e que atravessa não só os anos 80 como se fará sentir nos anos iniciais da década de 90, “para uma crise geral do Estado, do governo, das instituições”. (OLIVEIRA, 1992, p. 32)

No início dos anos 90, no período pós-constitucional, ao menos do ponto de vista político, ainda havia expectativas quanto à possibilidade da construção de mecanismos institucionais que permitissem o controle do uso do fundo público para fazer frente ao enorme déficit, não só educacional, sem dúvida, herdado do período em que se promoveu o crescimento econômico do país à custa do ônus social, sendo o reordenamento democrático uma condição necessária, embora não suficiente, para a realização de tal compromisso.

O movimento social acerca do *impeachment* do primeiro presidente eleito diretamente parecia ter reacendido a chama demarcadora da presença dos diferentes segmentos sociais que trouxera para a rua as mazelas sociais e o esforço organizativo dos excluídos para verem reinstalados no país a democracia e o respeito aos direitos cidadãos no período marcado pelas lutas a favor da redemocratização do país.

Contudo, no plano da ordem econômica, a reinstalação da democratização formal dá-se sobre o solo movediço do processo de “dilapidação da capacidade de financiamento do Estado”. (OLIVEIRA, 1993). O processo de dilapidação do Estado Brasileiro, iniciado no período da ditadura e continuado no período Sarney, dada por meio da transferência da

dívida do setor privado para o setor público, favoreceu a campanha antiestatal que se assiste no início dos anos 90. Tal campanha apontava para um processo que, de fato, transformara a dívida pública em dívida das empresas estatais. E, é sob esta herança que se dá a inserção do país no processo de ajuste das sociedades em desenvolvimento à lógica do capitalismo contemporâneo.

As reformas, implicadas no ajuste econômico das sociedades em desenvolvimento, que, como o Brasil, aderiram tardiamente às orientações de corte neoliberal, constrangidas por suas dívidas externas, se iniciaram já no governo Sarney (FIORI, 1993). O primeiro presidente eleito diretamente incorpora tais orientações e o que o sucede dá continuidade às reformas institucionais e a programas do governo anterior. Desta forma, o programa de privatizações, a liberalização comercial, a liberalização financeira, a renegociação da dívida externa, a manutenção da política monetária restritiva e o corte nos gastos públicos continuaram pautando a agenda governamental, acompanhadas de reforma tributária emergencial, ampliação do controle do governo central sobre as novas dívidas dos estados, desregulamentação das atividades dos portos, reorganização do setor elétrico e, finalmente, o plano de estabilização monetária, se constitui no arcabouço do ajuste que se estende por toda a década. Das conseqüências nem é preciso falar: vivemos-las cotidianamente.

É a partir deste contexto que se pretende apresentar os principais argumentos da análise relativa às razões que levaram o governo do Estado do Paraná, nos anos 90, a contrair empréstimos internacionais para financiar o ensino fundamental, tendo-se por hipótese que tal opção estaria associada à precarização das condições de financiamento público.

Muito embora a tomada de empréstimos internacionais tenha se dado na terceira gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB no Estado do Paraná, a análise das ações governamentais para o ensino fundamental envolveu três gestões do governo estadual, sob a orientação do mesmo partido político, a saber: 1983-86 (Gestão Richa); 1987-91 (Gestão Dias) e 1991-94 (Gestão Requião).

As razões que levaram à ampliação do período de análise estão associadas ao fato de as ações governamentais para o ensino fundamental, ao longo das três gestões, revelarem um movimento de secundarização gradativa dos compromissos políticos com a educação capaz de promover, nos limites da ação escolar, a instrumentalização cultural da maioria da

população, tendo em vista contribuir para a expressão organizada de seus interesses de classe. Havia, então, ainda que de perspectivas diferenciadas, um compromisso com a construção contra-hegemônica. Poder-se-ia dizer que na terceira gestão peemedebista começa a transição do projeto de construção democrática da educação, iniciado na primeira gestão, para aquele subordinado às exigências de ajuste das sociedades em desenvolvimento, ou dos “mercados emergentes”, à lógica do capitalismo contemporâneo. Contudo, há de se considerar que tal tendência não se põe, desde já, no ponto de partida e nem mesmo está organicamente articulada no considerado ponto de chegada. O que se pretende demonstrar é o movimento que demarca esse período, ou seja, sob quais condições se prenuncia, que contradições encerra e que conseqüências podem ser vislumbradas.

Ao se trabalhar com a hipótese de que o quadro de crescente precarização das condições de financiamento público esteve de alguma forma associado ao movimento de transição do projeto de construção democrática da educação para aquele que vai sofrer as orientações da agência de financiamento internacional, busca-se articular à direção dada às ações governamentais quanto ao ensino fundamental nos três governos os condicionantes das condições de financiamento público. O que se quer demonstrar é que a precarização das condições de financiamento público determinou, em grande medida, o rumo político das ações governamentais no campo educativo, sem, contudo, tomar tal hipótese como a única ou última determinação.

A redução da capacidade de financiamento público dos serviços públicos estaduais esteve condicionada tanto por fatores decorrentes do quadro econômico nacional, completamente avassalado pelo endividamento externo, dada a estatização da dívida externa privada, quanto por determinações internas associadas ao desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

O dimensionamento deste quadro de precarização das condições de financiamento público na realidade paranaense implica a consideração do desempenho da economia paranaense no período 1981 - 1994 e da forma como se deu o financiamento público nas áreas sociais e o atendimento às demandas sociais .

No que diz respeito ao desempenho da economia paranaense no período indicado, observam-se, tanto nos anos 80 quanto no período 1990-94, dois movimentos distintos, a saber: o de 1981-84 e o de 1985-89, o primeiro de recessão e o segundo em que o desempenho econômico estadual não demonstrou uma tendência inequívoca. No período 1990-94, houve igualmente dois movimentos distintos quanto ao desempenho econômico: o de 1990-1991, recessivo e o de 1992-94 de recuperação, marcadamente nos anos 1993-94. Tal indicação aponta para o fato de não ter havido ao longo do período indicado uma tendência de melhoria contínua do desempenho econômico.

Considerando que se a eleição direta para governador do Paraná, em 1982, trouxe para o poder estadual representantes de um partido de oposição, com expressão na luta contra a ditadura, “comprometido com o pagamento da dívida social e com a democratização do poder local” (DIRETRIZES, 1982, p. 14), o fez no contexto recessivo que determinou a economia brasileira entre 1981-83. Ainda que se considere que seus efeitos não tenham sido tão intensos no Paraná, a recuperação da economia paranaense se deu somente em 1985, ou seja, restando um ano, apenas, para o final da gestão. É provável que tais condições tenham afetado a direção posta nas proposições e ações governamentais no campo educativo.

Na segunda gestão do PMDB, entre os anos 1987-90, foram os dois últimos anos marcados pela agudização da crise de financiamento da economia paranaense, que já dava mostras a partir de 1987, expressa no crescente déficit do balanço estadual. “Em 1989, o déficit de balanço foi de cerca de 35%” (IPARDES, 1992, p. 64), uma vez que o gasto total da administração direta foi 59% superior ao de 1980 e a receita permaneceu estável no período. Cabe, ainda, considerar que no último ano da gestão 1987-90 o desempenho econômico estadual vai ser afetado pelo quadro recessivo que marca profundamente a economia brasileira de 1990 a 1992, sendo que o “país enfrentou sua recessão econômica mais séria desde os anos 30” (FIORI, 1993, p. 156)

Apenas a consideração dos percentuais de gastos da administração direta com o ensino fundamental e médio é suficiente para dar uma idéia da gravidade da situação do financiamento público e seus reflexos no campo educativo no período que abrange a segunda gestão do PMBD no governo estadual. Segundo dados do IPARDES (1992, p. 71), entre 1983-86 a média de gastos com o ensino fundamental foi de 56% dos gastos com

educação, enquanto no período 1987-89 correspondeu a 53,86%. A média dos gastos com o ensino médio entre 1983-86 correspondeu a 9,1% dos gastos com educação, sendo que entre 1987-1989 foi de 6,7%.

No período abrangido pela terceira gestão peemedebista no governo estadual, o desempenho da economia paranaense também foi marcado por dois movimentos: um período recessivo, que abrange os anos 90-91, e outro de recuperação, especialmente nos anos 1993-94. A tendência de recuperação da trajetória nos dois últimos anos da gestão, esteve associada, segundo Lourenço (1995, p. 20-21), a duas ordens de fatores conjunturais, a saber: “à ampliação da renda do setor primário e seus efeitos multiplicadores (...) e aos primeiros resultados da integração comercial do Brasil com o Mercosul”.

Cabe considerar ao lado dos fatores conjunturais que favoreceram a recuperação do desempenho econômico da economia paranaense nos anos 1993-94 que, a partir do segundo semestre de 94, a expansão da economia foi influenciada pelos reflexos da estabilização monetária depois do lançamento do Plano Real.

As ações do poder público estadual, nestes dois últimos anos indicados, priorizaram três ordens de fatores, a saber: inversões na restauração e/ou ampliação da infra-estrutura econômica; incentivo à continuidade de programas voltados à elevação da produtividade agrícola e ações governamentais de apoio direto à produção. Tal priorização do governo paranaense, não difere daquela dada na década passada, uma vez que os governos anteriores, os dos anos 1983-90, priorizaram gastos com infra-estrutura. (LOURENÇO, 1995 e IPARDES, 1992)

Com relação ao financiamento público, observou-se que, em 1994, o gasto total da administração direta foi 12,8% inferior ao de 1989, enquanto a receita cresceu 7,2%. Assim, o quadro de déficit de balanço marcou, ainda que diferenciadamente em seu volume, todo o período analisado. Comparando-se os dados relativos à despesa total, em 1994, os gastos na área institucional (funções legislativa, judiciária, administração e planejamento e comunicações) mostraram uma reversão da tendência verificada em 1989, quando os gastos institucionais tinham sido 116% superiores aos de 1980. Em 1994, os gastos institucionais formam 112% inferiores aos do ano de 1989. Contudo, o crescimento dos gastos nas áreas sociais (educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento,

trabalho, assistência social e previdência e defesa nacional e segurança pública) e econômica (agricultura regional, energia, recursos minerais, indústria, comércio e serviços e transportes) foi de 7,7% entre 1989-94, contra os 21% do período 1980-89. (IPARDES, 1992 e 1996 a)

Quanto aos gastos com o ensino fundamental, quando confrontados, em valores absolutos, os gastos do ano de 1989 com os do ano de 1994, observa-se que houve uma redução de 13,21%. E, mais: os valores dos anos 1991, 1993 e 1994 foram inferiores aos de 1989. (IPARDES, 1996 b)

No que se refere ao atendimento às demandas sociais, priorizadas as áreas de saúde (a expectativa ao nascer, o índice de mortalidade infantil e o padrão de fecundidade) e educação (a taxa de analfabetismo, a taxa de escolarização para o ensino fundamental e a taxa de aproveitamento no ensino fundamental), observaram-se as seguintes tendências no período 1980-94: 1) a expectativa de vida ao nascer apresentou tendência de crescimento, embora não se diferenciasse significativamente entre os habitantes do meio rural e do meio urbano; 2) a taxa de fecundidade apresentou tendência declinante, diferenciando-se cada vez menos entre o urbano e o rural, implicando modificações na estrutura etária da população (decréscimo da faixa etária de zero a quatro anos e um crescimento da faixa etária de 65 anos e mais); 3) a taxa de mortalidade infantil apresentou tendência declinante, sendo, ainda, bastante elevada frente às alcançadas pelos demais estados da região Sul; 4) como conseqüência dos indicadores anteriores, havia tendência de redução do número de crianças com até 5 anos e de 5 a 14 anos; 5) o número de analfabetos para as faixas etárias de 7 a 9 anos, de 7 a 14 anos e de 15 anos e mais se reduziu; 6) houve predomínio do número de analfabetos no meio rural para as faixas etárias indicadas; 7) houve redução das matrículas iniciais no ensino fundamental no meio rural e crescimento delas no meio urbano; 8) a taxa de escolarização, embora não se tenha apresentado constante ao longo dos anos 80, declinou, se considerados apenas os anos 1980 e 1989. Contudo, nos anos 1990-94 passa a apresentar uma tendência de crescimento, muito embora possa estar influenciada pela implantação do continuum das quatro séries iniciais, a partir de 1993; 9) a taxa de aproveitamento escolar apresentou tendência de crescimento, podendo ter sido, também, influenciada pela implantação do referido continuum. (IPARDES, 1992; IBGE, 1996 e 1997 e MAINARDES, 1995)

Tais tendências permitem, tão somente, indicar que embora o desempenho da economia paranaense não tenha apresentado uma tendência contínua e inequívoca de crescimento, os indicadores selecionados quanto ao atendimento às demandas sociais se mantiveram constantes no período analisado e refletindo, ainda que de modo relativo, as alterações demográficas e as conseqüências do êxodo populacional para fora do estado que se manteve, ainda que com menor intensidade, nos anos 80.

Os dados apresentados revelam um quadro bastante complexo, tanto no que diz respeito o desempenho econômico, alternando-se períodos de agravamento e períodos de recuperação, quanto no tange aos seus reflexos sobre o financiamento público no campo educativo. Assim, ao serem analisadas as ações desenvolvidas no que diz respeito ao ensino fundamental, foi possível verificar que, a cada governo, as prioridades assumidas estavam condicionadas pelas condições concretas de seu financiamento. Cabe destacar com relação ao período correspondente ao terceiro governo peemedebista, que a decisão pela tomada de empréstimos internacionais para o financiamento do ensino fundamental se deu no ano de 1992, antes, portanto, de serem observados os efeitos dos fatores conjunturais que permitiram a recuperação do desempenho da economia paranaense, notadamente, nos anos de 1993-94

Poder-se-ia dizer que no primeiro governo do PMDB no Paraná, 1983-1986, as prioridades eleitas para dar forma aos compromissos partidários já estiveram condicionadas pela precarização das condições do financiamento público dada recessão que marca o início dos anos 80. Assim, a ênfase dada à democratização da educação, centrada na eleição de diretores e no processo de discussão do compromisso político da educação, sobrepôs-se à da sistematização de uma diretriz pedagógica que norteasse o ensino. A intensificação da relação entre Estado e Municípios foi um mecanismo utilizado para prover as construções escolares, necessárias ao atendimento da demanda por novas matrículas, com menor custo, Mas não só isso: foi utilizada como meio de suprir os quadros de professores e de pessoal técnico-administrativo, dada a falta desses profissionais nas escolas, em decorrência da ausência de concursos públicos.

Como a recuperação do desempenho da economia paranaense só se dará a partir de 1985, final da gestão do primeiro governo peemedebista no Paraná, foi possível verificar uma

variação positiva com relação aos salários dos profissionais da educação da rede estadual, em especial, no período final da gestão. Segundo Cunha (1991, p. 255), as quedas no valor dos salários havida no período 83-87 foram compensadas “por força das lutas dos professores e da proposta nascida do governo estadual de reajustes periódicos de salários, (...) assim como do acordo entre as partes no sentido da elevação progressiva da remuneração do magistério”.

Há de se reconhecer que, nessa primeira gestão peemedebista, mesmo condicionada pelas possibilidades de viabilização financeira, a priorização das medidas governamentais no campo educativo repôs, nos limites da compreensão da participação comunitária definida pelo partido, no epicentro de suas ações os agentes educacionais e os usuários da escola, no que diz respeito à gestão escolar. Assim, poder-se-ia dizer que o reconhecimento da alteridade se deu na dimensão da democratização da gestão escolar.

O segundo governo do PMDB, 1987-1990, foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica, sendo que o déficit das contas públicas se estende por todo o período, refletindo-se fortemente tanto na redução do salário real dos profissionais da educação quanto nas condições de implementação da principal ação governamental que demarca o período, o Ciclo Básico de Alfabetização, voltado à redução dos índices de retenção nas séries iniciais do ensino fundamental.

A sistematização da diretriz pedagógica para as escolas públicas do Paraná, realizada entre 1989-1990, não trouxe o ônus de sua implantação, pois sua versão final se efetiva no final do último ano da gestão.

As relações conflituosas entre os profissionais da educação e o governo do Estado frente ao arrocho salarial e à crescente precarização das condições de trabalho foram decisivas na exclusão desses profissionais do processo de definição da política de municipalização do ensino das séries iniciais do ensino fundamental, implantada a partir de 1991. Foram excluídos desse processo, além dos profissionais da educação e de seu órgão de representação, as demais entidades da sociedade civil ligadas à luta pela defesa da escola pública que se organizaram, entre 1988 e 1990, em torno do Comitê em Defesa da Escola Pública Universal e Gratuita, assim como os órgãos municipais de educação ainda que os Municípios fossem considerados “parceiros do processo”.

A questão da construção do “modelo de municipalização do ensino das séries iniciais fundamental” atravessa essa gestão governamental como decorrência do fato de os municípios terem ampliada sua capacidade de arrecadação, por força dos novos dispositivos constitucionais, e, em conseqüência, os estados regionais terem-na diminuída. No Paraná, ao longo dessa gestão, vários estudos acerca do custo/aluno/ano antecedem a configuração do “modelo de municipalização”. A configuração desse modelo pode ser considerada o divisor de águas, o móvel da ruptura do movimento em direção da constituição da esfera pública no campo educativo que havia aglutinado, no período da elaboração do texto constitucional estadual, os representantes do movimento sindical, das organizações de representação dos profissionais da educação, das universidades estaduais e federal, dos diferentes movimentos sociais organizados e os representantes da Secretaria de Estado da Educação. Tal ruptura se deu motivada pela forma como foi conduzida a ação governamental com relação à configuração do considerado “modelo de municipalização”. A reação ao processo unilateral e autoritário adotado pelo governo do Estado na definição do “modelo de municipalização, por parte das entidades que compunham o Fórum, à exceção, é claro, da Secretaria de Estado da Educação, que deixa de participar concretamente do Fórum sem, contudo, dele se desfiliar, como por parte dos Municípios (muitos se manifestaram por escrito, por meio de suas associações regionais), não modificou substantivamente os rumos do processo.

Nega-se, assim, pela via da crescente precarização das condições de financiamento público o reconhecimento da alteridade, ainda que incipientemente exercido na gestão anterior. Tal negação se dá exatamente no momento em que as forças sociais comprometidas com a democratização da educação alcançaram um grau maior de articulação, sendo o Fórum em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal sua expressão mais acabada.

O terceiro governo do PMDB no Paraná, 1991-1994, sofre os efeitos da recessão econômica dos anos 1990-91. Conta, porém, com o início da recuperação do desempenho da economia nos anos 1993-94, assentada, contudo em fatores conjunturais. Dessa forma, não se alteram as condições concretas de financiamento público que já estavam presentes na gestão anterior, continuando a ter significativos reflexos sobre o salário real dos profissionais da educação e sobre as ações governamentais implementadas nessa gestão.

Em 1992, o governo estadual inicia o processo de negociação com o Banco Mundial, visando a obtenção de recursos para o financiamento do ensino fundamental. Contudo, após várias formulações, o projeto só será aprovado pelo Banco Mundial em outubro de 1994, no final da gestão.

Assim, a implantação do processo de municipalização do ensino das séries iniciais do ensino fundamental passa a ser a estratégia primordial de diminuição do custeio desse nível de ensino para o governo estadual, já que o modelo empregado visava exclusivamente a dimensão financeira. Os municípios “parceiros” passaram a assumir os encargos e o custeio e o governo estadual, que definiu a forma e arbitrou sua aplicação, teve reduzido o montante de recursos repassados de 14%, antes da implantação da municipalização, para 3%, em 1995. (IPARDES, 1996 a)

No plano da gestão escolar, as ações governamentais com relação à transformação das eleições diretas para diretores escolares em consulta à comunidade escolar, bem como as propostas da Secretaria de Estado da Educação para a elaboração do Regimento Escolar Único e para a implantação dos Conselhos escolares representaram um retrocesso em relação à perspectiva de gestão democrática da escola uma vez que não alteraram a lógica burocrática de poder no interior da escola.

A “nova modernidade peemedebista”, alardeada no Plano Setorial de Educação, foi demarcada, no plano pedagógico, pelo abandono da perspectiva unitária da educação, que havia sido a tônica do processo de constituição do Currículo Básico para as escolas públicas do Paraná, privilegiando-se a autonomia pedagógica voltada ao atendimento da diversidade cultural. (GONÇALVES, 1994)

As ações governamentais para o ensino fundamental nesse terceiro governo do PMDB no Paraná, em especial as relacionadas à gestão escolar e aquelas associadas ao direcionamento pedagógico, revelam, efetivamente, uma mudança de rumos no que se aos princípios que orientaram sua implantação no primeiro e segundo governos peemedebistas. Quanto à implantação do processo de municipalização, enquanto estratégia de desresponsabilização do governo estadual para com as séries iniciais do ensino fundamental, ela se fez sob a mesma lógica que havia orientado a formulação de seu modelo no governo anterior, a saber: à revelia da participação dos diretamente nela interessados. Caberia destacar algumas das

conclusões de um estudo realizado pelo IPARDES (1996 a), acerca dos impactos do processo de municipalização realizada numa amostra de 30 municípios, que reafirmam as indicações feitas não só quanto a sua finalidade como no que se refere aos procedimentos adotados em sua implantação:

“1) A adesão ao processo de municipalização não constituiu precisamente uma iniciativa própria dos municípios, mas uma pressão por parte do governo estadual” (p. 87);

2) O que mais pesou foi a questão dos repasses, dada a expectativa criada a respeito aos valores a serem recebidos pelos municípios, até as enormes restrições criadas pelo Estado para o seu pagamento” (p. 88);

3) (...) os primeiros a aderirem (...) foram basicamente os municípios de pequeno porte, exatamente os mais frágeis do ponto de vista econômico e, portanto, os mais dependentes financeiramente das demais instâncias governamentais” (p. 87);

4) (...) alguns dos municípios que aderiram ao processo em busca de um ganho financeiro, ao se darem conta de que este não efetivaria conforme suas expectativas, tentaram devolver ao Estado as responsabilidades que caberiam a eles”(p. 89);

5) As decisões e o controle sobre o processo de municipalização são unilaterais, pois quem determina os mecanismos do convênio é o Estado, e o único poder de barganha dos municípios acaba sendo não aderir à municipalização”(p. 89);

6) Os recursos financeiros repassados aos municípios por conta do disposto no Termo de Parceria mostraram-se pouco significativos, principalmente para os de pequeno porte. Poucos são os que têm recebido repasses que, na maioria dos casos, não chega a representar 7% das despesas municipais de educação.

Para o governo estadual, os repasses de recursos financeiros aos municípios apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa, dada a sua representatividade em relação ao total das despesas da SEED, passando de 14%, antes do início do processo de municipalização, para 3% em 1995” (p. 94).

Não é possível, porém, afirmar que a direção posta às ações governamentais do terceiro governo peemedebista representem, em si mesmas, a adoção das orientações da agência financeira internacional que aprovará, em 1994, o empréstimo para o financiamento do ensino fundamental. A introdução destas orientações se dá, ao longo do processo de elaboração do “Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná”, em especial, na primeira versão de 1994, dado que o projeto passa por diferentes formulações sendo que a primeira data de junho de 1992. Ou como afirma Gonçalves (1994, p. 40): “é possível perceber a absorção da linguagem e do quadro teórico de análise neoliberal nos documentos que estabelecem propostas de negociação do governo do Estado do Paraná para obtenção de financiamento do Banco Mundial para ações da área educacional”.

Pretendeu-se demonstrar, ao longo da indicação dos principais aspectos da análise realizada, que, diante da existência de um movimento bastante complexo com relação às condições econômicas do Estado do Paraná, as ações governamentais para o ensino fundamental foram sendo configuradas e reconfiguradas sob o quadro da crescente precarização das condições do financiamento público, sendo que a decisão pela tomada de empréstimo internacional para financiar o ensino fundamental, a partir de 1992, está a ele associado. A efetiva implantação do projeto aprovado pelo Banco Mundial, após várias reformulações, vai se dar no governo de um outro partido político, a partir de 1995, dado que o PMBD perde as eleições estaduais em 1994.

Seria possível afirmar, contudo, que, por dentro do aparelho de estado, se opera um processo de ajuste das proposições governamentais para o campo educativo às orientações do Banco Mundial. Isso fica evidenciado a partir das considerações de De Tommasi (1996), acerca do ajuste do projeto do Paraná, o qual inicialmente se aproximava do projeto de São Paulo de 1991, à redefinição das orientações do Banco Mundial, de cuja expressão mais acabada foi o projeto de Minas Gerais de 1994.

O aprofundamento da análise da presença do Banco Mundial e do Banco Interamericano no financiamento do ensino fundamental e médio no Paraná, está sendo objeto de uma investigação, iniciada em agosto de 1999, e que tem dentre seus objetivos caracterizar e analisar como se constituiu historicamente o processo de financiamento dos referidos bancos no sistema público de ensino no Paraná.

Referências bibliográficas

- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: Flasco do Brasil, 1991.
- DE TOMMASI, Livia. Financiamento do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: DE TOMMASI, Livia, WARDE, Míriam Jorge & HADDAD, Sérgio; orgs. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, PUC - SP e Ação educativa, p. 195 - 227.
- FIORI, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 127 - 193.
- GONÇALVES, Maria Dativa de Salles. **Autonomia da escola e neoliberalismo**: Estado e escola pública. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio - PNAD**: Paraná e Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Situação social da população do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1992.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Avaliação do impacto da municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1996 a.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Balanco e perspectivas da descentralização**: o caso do Paraná 1987 - 1994. Setores de política social. Curitiba: IPARDES, 1996 b.

- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Expansão recente da economia paranaense: componentes estruturais e conjunturais. **Análise Conjuntural**. v. 17, n. 3 - 4, p. 20 - 25, mar./abr., 1995.
- MAINARDES, Jefferson. **O Ciclo Básico de alfabetização**: da intenção à realidade. (Avaliação do CBA no município de Ponta Grossa - PR) Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Collor, a falsificação da ira**. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília, v. 9, p.31 - 49, 1993.
- PARANÁ. **Democracia e justiça social**: diretrizes de um programa de governo. Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Curitiba, 1982.
- PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. **Boletim Informativo**. Curitiba: FUNDEPAR, v. 2, n. 2, out. 1990.